



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10166.011239/98-26  
Acórdão : 201-74.020

Sessão : 14 de setembro de 2000

Recurso : 109.168

Recorrente : TELEFÁCIL COM. E ADMINISTRAÇÃO DE TELEFONES LTDA.

Recorrido : Banco Central do Brasil

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – PRAZOS – REVELIA – IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA – NORMAS LEGAIS** - Somente a impugnação tempestivamente apresentada instaura a fase litigiosa do processo, caso contrário, findo está o mesmo com o reconhecimento da efetividade da exigência tributária. **Recurso não conhecido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: TELEFÁCIL COM. E ADMINISTRAÇÃO DE TELEFONES LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestiva a impugnação.** Ausente, justificadamente, a Conselheira Ana Neyle Olímpio Holanda.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2000

Luiza Helena Galante de Moraes  
**Presidenta**

Valemar Ladvig  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Rogério Gustavo Dreyer, Jorge Freire, João Berjas (Suplente), Antonio Mário de Abreu Pinto e Sérgio Gomes Velloso.

Imp/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo : 10166.011239/98-26**

**Acórdão : 201-74.020**

**Recurso : 109.168**

**Recorrente : TELEFÁCIL COM. E ADMINISTRAÇÃO DE TELEFONES LTDA.**

### RELATÓRIO

A empresa acima identificada foi alvo de fiscalização do Banco Central do Brasil, tendo sido constatado o exercício de atividades próprias de administradoras de consórcios sem a prévia e indispensável autorização do órgão competente.

Sendo-lhe proposta a aplicação da penalidade prevista na Lei nº 5.768/71, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.691/88.

Tendo tomado ciência da autuação no dia 05/03/97, apresentou, em 07/04/97, impugnação à ação fiscal, contestando o feito administrativo, alegando, em suma, que: "não há como equiparar as sociedades em conta de participação com os consórcios, estes de natureza jurídica diversa".

A autoridade julgadora de primeiro grau, embora reconhecendo a intempestividade da impugnação apresentada pela autuada, conhece da impugnação e, no mérito, decide pela aplicação da penalidade.

Inconformada com o decidido pela autoridade singular, a recorrente apresenta recurso a este Colegiado, insurgindo-se contra suposta falta de poderes do Banco Central do Brasil em fiscalizar empresas privadas que desenvolvem atividades comerciais, além de reiterar suas razões de defesa já apresentadas na fase impugnatória.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : **10166.011239/98-26**  
Acórdão : **201-74.020**

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR VALDEMAR LUDVIG**

Conforme determina o artigo 15 do Decreto nº 70.235/72, “a impugnação, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, será apresentada no órgão competente preparador no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for feita a intimação da exigência”.

No caso sob análise, a intimação se deu na pessoa de seu sócio-proprietário, no dia 05/03/97, e a impugnação foi apresentada ao Banco Central, conforme se verifica dos carimbos apostos, no dia 07/04/97, fora, portanto, do prazo estabelecido.

A autoridade julgadora singular, embora tenha registrado o fato, conheceu da impugnação, indeferindo-a.

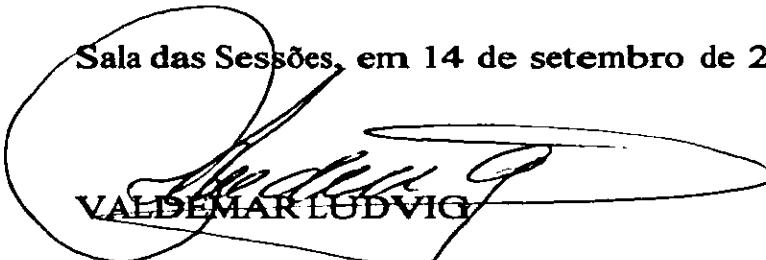
A fase litigiosa somente é instaurada com a apresentação tempestiva da impugnação, caso contrário, está findo administrativamente o processo, com o reconhecimento definitivo da exigência tributária objeto do mesmo.

A autoridade julgadora monocrática, tendo em vista a intempestividade da impugnação, estava defesa de conhecê-la, o que caracteriza sua nulidade.

Em face do exposto, voto no sentido de não conhecer do recurso.

É como voto.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2000



VALDEMAR LUDVIG